



## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos insumos a serem adquiridos, previstos nos Termos de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar os Termos de Referência.

#### **Justificativas:**

##### **Da necessidade da contratação:**

A cadeia produtiva da aquicultura e pesca propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois apresenta uma alternativa de ocupação digna para o homem do campo, além de proporcionar a produção de produtos a serem utilizados na alimentação humana, sendo utilizados como importante fonte de proteínas.

Nesse contexto, a Codevasf planeja fornecer aos piscicultores organizados em associações, insumos necessários à produção e consequente melhoria na qualidade e aumento da quantidade da produção, auxiliando no desenvolvimento dessa importante cadeia produtiva trabalhada em pequenas áreas de piscicultura nos diversos mananciais hídricos superficiais encontrados na área de atuação da 6ª Superintendência da CODEVASF.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades de piscicultura na região semiárida, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos piscicultores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

##### **Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:**

Considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado, a adoção do Pregão Eletrônico ou Presencial visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

##### **Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção de diversas atividades econômicas, por meio da aquisição de máquinas, implementos agrícolas, equipamentos, insumos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos, possibilitando a geração de emprego e renda.



Tomando por base o trabalho frequente de aquisição e doação de ração para peixes realizado pela 6ª SR em anos anteriores, observa-se que as solicitações para esse tipo de insumo sempre estiveram presentes, seja através de recursos de emendas parlamentares ou alocados diretamente na CODEVASF pela União, e que os quantitativos são variáveis.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

#### **Da admissão de Órgão Participante:**

**Não** – Considerando que o setor industrial nacional e mundial vêm enfrentando graves consequências impostas pela Pandemia da COVID-19 e pela instabilidade do dólar nos processos de fabricação de insumos, ocasionando reflexos significativamente negativos e diretos principalmente quanto ao adequado cumprimento das obrigações contratuais de fornecimento pelo setor comercial, bem como, pelos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, a Codevasf também está sofrendo duramente esses efeitos indesejáveis junto aos seus fornecedores.

Dessa forma, não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame.

#### **Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):**

**Sim** – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública, apesar da não admissão de outros órgãos participantes pois poderiam elevar bastante o número de pedidos, optou-se por admitir carona como um plano alternativo para as demais Superintendências Regionais da Codevasf, em casos de licitações fracassadas pelas mesmas.

**Cota de Exclusividade e Preferência ME e EPP:** Sobre a razão pela qual a 6ª/SR decidiu utilizar somente 11% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para o item 06 e, exclusivos para ME e EPP os itens 01, 02 e 04, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.

**Condições de participação de empresa estrangeira:** Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

**Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas:** **Não.** A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

ração para peixes, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

**Permite Subcontratação:** Não. Por se tratar de insumos que são fornecidos diretamente do fabricante indicado pela empresa vencedora em sua proposta, torna-se desnecessária a subcontratação.

**Da Qualificação Técnica:** No Termo de Referência, item 9.1.3, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

**Da Qualificação Econômico-financeira:** Concordamos expressamente com a qualificação econômico-financeira exigida no Edital em questão.

**Garantia de Execução:** não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

**Critério de Julgamento:** Menor preço.

**Intervalo mínimo entre os lances:** 0,2%. Por se tratar de insumos que são cotados em preço por kg, as disputas de valores normalmente são realizadas em centavos de real(moeda) e que, quando multiplicadas pelo quantitativo total, fazem diferença no valor de cada proposta.

**Garantia do Objeto:** A garantia/validade do objeto deverá obedecer ao prazo definido de no mínimo 04 (quatro) meses a partir da data de entrega.

**Valor estimado:** Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Responsável pelas informações:**

Júlio César da Silva Santos  
Analista em Desenvolvimento Regional  
6ª GRR/UDT